

A produção do conhecimento histórico: Reflexões acerca da História da Polícia Militar no Piauí (1975-2010)

Marcelo Cardoso¹

Resumo: O objetivo deste artigo foi examinar aspectos da produção do conhecimento histórico. A referida reflexão parte da análise da produção acadêmica acerca da história da polícia no Brasil, em seguida daquela realizada pela instituição Polícia Militar no Piauí entre 1975-2010. A história como "vivência imediata no tempo" e a produção do conhecimento histórico estão interligadas no processo de formação da consciência histórica do indivíduo. Partindo deste pressuposto, no trabalho buscou-se pontos (in)comuns na orientação destas produções. As fontes utilizadas no trabalho são de caráter bibliográfico, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos relacionados à história da polícia. Foram realizadas a leitura e a análise deste material, o que permitiu comparar aspectos entre os dois modelos de produção, perceber suas características e possíveis propósitos que motivam a construção das narrativas sobre/pela polícia, quando realizada pela instituição policial e pela academia.

Palavras-chaves: História; Conhecimento Histórico; Polícia; Polícia Militar, Piauí.

Abstract: The aim of this article was to examine aspects of the production of historical knowledge. This reflection starts from the analysis of the academic production about the history of the police in Brazil, followed by that carried out by the military police institution in Piauí between 1975-2010. History as "immediate experience in time" and the production of historical knowledge are intertwined in the process of formation of the individual's historical consciousness. Based on this assumption, the study sought (in)common points in the orientation of these productions. The sources used in the work are bibliographic, master's dissertations, doctoral theses and articles related to the history of the police. The reading and analysis of this material was performed, which allowed comparing aspects between the two models of production, perceiving their characteristics and possible purposes that motivate the construction of narratives about/by the police, when performed by the police institution and the academy.

Keywords: History; Historical Knowledge; Police; Military Police, Piauí.

The Production of Historical Knowledge: Reflections on the History of the Military Police in Piauí (1975-2010)

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-SM, RS). Possui Mestrado em História do Brasil (UFPI) e Graduação em Licenciatura Plena em História (UESPI). Ex-Policial Militar (PMPI) e atualmente é Policial Penal (PI). E-mail: macaseixa@hotmail.com

Introdução

Tem sido cada dia mais comum avocar, à história, conhecimento científico², a responsabilidade para explicar acontecimentos que ocorreram no tempo passado. Esse uso frequente tem banalizado e gerado confusão, porque a credibilidade que deu expansão ao emprego da história, como promessa de explicação confiável do passado, não veio na mesma medida acompanhada da aplicação do método e procedimentos que garantiriam a fiabilidade deste conhecimento. Por outro lado, ampliam-se os chamados de autoajuda na sociedade, convites do tipo “mude a história ou faça sua história”, fazem uma relação entre história VERSUS futuro.

A relação entre história como produto final e futuro está presente constantemente na história enquanto investigação do passado. Há um reforço de pedidos e declarações por uma mudança na historiografia³ como sendo um fator capaz de possibilitar alteração numa perspectiva de futuro da história de um povo. O problema tem se instalado porque há uma falsa ideia de possível separação, um mal-entendido, entre história/vida prática e história/historiografia.

O historiador José Murilo de Carvalho, na obra intitulada “A construção da ordem: a elite política imperial”, que estuda a formação das elites e Estado imperial, manifesta sua posição acerca da historiografia concebida por alguns como capaz de mudar um fato histórico, responsável na criação de uma elite, ao sugerir que tais narrativas são sinônimas de história em si e diz que:

[...]Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel [da elite], seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história, e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. (CARVALHO, 2008, p. 20)

² Outro termo seria ‘conhecimento histórico’, que tem ao menos dois sentidos. Um deles “enuncia que todo e qualquer conhecimento é obtido necessariamente em certo tempo e lugar em um espaço dado e sob circunstâncias determinadas. Um segundo sentido referia-se àquele tipo de conhecimento que se adquire mediante os procedimentos metódicos próprios à história como ciência” (MARTINS, 2017, p.21).

³ A palavra “História” é empregada para significar um conhecimento que abarca o que ocorreu ou aconteceu efetivamente no passado humano, uma investigação do que ocorreu no passado, com uso de métodos, procedimentos na análise das fontes de informação, de sua crítica e de sua fiabilidade. Outro uso é para abarcar a produção resultante da história como investigação do passado, que é definida como historiografia, conjunto da produção da história investigação. MARTINS (2017).

A passagem deixa entrever que, para o historiador, não faz sentido querer modificar uma realidade por meio da mudança na produção da narrativa do que ocorreu no passado. Essa mudança poderia se efetivar pelo conhecimento do passado e pela ação histórica no presente. A história como “vivência imediata no tempo” e a produção do conhecimento histórico estão ligados ao processo de formação da consciência histórica do indivíduo. Esse processo não é passivo e constrói-se mutuamente como orientação para o futuro. O indivíduo é compreendido como produto e produtor da história no resultado das suas ações acumuladas no tempo e espaço vivido⁴. A historiografia é um reflexo do processo e não algo em separado.

Portanto, este trabalho tem como objetivo pensar a produção da história da Polícia Militar por si mesma e a que se realiza na academia. Nesse sentido, pretende-se buscar pontos (in) comuns na orientação destas produções para a vida prática. A história acadêmica da polícia nos últimos anos tem tido escala crescente, sendo obtida mediante os procedimentos metódicos próprios da história como ciência. Esse modelo vem a contrapelo da produção anterior - dita “institucional” - feita por integrantes da Polícia Militar ou encomendada pela instituição.

O recorte temporal está entre 1975 e 2010, período no qual há uma produção de obras de caráter institucional acerca da história da Polícia Militar. No entanto, um novo paradigma de produção da história da polícia vem ganhando espaço nas universidades, assumindo um viés predominante acadêmico, que tem como principal ponto de desvio a identificação com a vida prática. De outra forma, nota-se que a produção realizada por policiais ou simpatizantes visa a promover a instituição, enquanto a acadêmica apresenta ligação com situações que estão em efervescência na sociedade. Nesse sentido, até que ponto a ligação com a vida prática seria a inflexão entre as duas narrativas?

As fontes utilizadas no trabalho são de caráter bibliográfico no Piauí, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos relacionados à história da polícia no Brasil. Esse material permite uma comparação entre os dois modelos de produção, as características e os propósitos que motivam as narrativas.

História Acadêmica da polícia

⁴ Sobre o assunto, ver o título “Teoria e filosofia da história: contribuições para o ensino de história”, no qual Estevão Martins Rezende discorre sobre “O agente histórico”, mostrando a perspectiva do tempo refletido na experiência subjetiva em que “o indivíduo é ‘produto da história’ como resultado das ações acumuladas, em seu tempo e em seu espaço, no legado empírico da história” (MARTINS, 2017, p. 16-17).

Por História Acadêmica entende-se aquela que é realizada nas universidades ou instituições de pesquisa científica. Nesse sentido, difere da produção realizada pela própria Polícia Militar ou seus membros. A temática da história da Polícia é recente na historiografia, antes a polícia foi objeto de estudo das ciências sociais. Ela tendo sido tratada quase exclusivamente até os anos 1960 por uma historiografia oficial, produzida por membros da instituição. Segundo Bretas e Rosemberg (2013, p.1), no Brasil, foi a partir dos anos 1980, com as agitações raciais e estudantis, fruto do processo de retorno à democracia, que a polícia passou a ser questionada por seus procedimentos e pela ineficácia de seu trabalho. Esse cenário político apresentou elementos que contribuíram para fazer o tema sair do ineditismo, ganhando visibilidade e despertando o interesse da academia.

No campo da História, a temática da polícia enfrentava dificuldade para um avanço, tendo em vista que “A polícia era do ponto de vista acadêmico incluída em modelos de explicação mais amplo que somente quando vieram a entrar em crise foi possível uma aproximação maior do objeto policial” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 1). Nos últimos anos, há uma produção acadêmica crescente acerca da história da polícia, do crime e da justiça criminal. Esse contexto colabora para a definição de um campo de estudo que tem se expandido.

Existe um avanço na problematização das questões que envolvem a história da polícia no Brasil. Esses efeitos são observados por meio de um maior número de dissertações, teses e artigos produzidos, evidência que comprova a potencialidade do campo em despertar o interesse de novos pesquisadores, que promovem novas questões para o estudo da polícia e do aparato policial do Estado. Nesse contexto de uma produção precursora, há trabalhos que vêm demonstrar de forma exemplificativa como a historiografia da polícia está hoje.

O historiador americano Thomas Holloway produziu uma reflexão precursora sobre a polícia no Rio de Janeiro que tem servido de inspiração para pesquisadores da história da polícia em diversas partes do Brasil. Nesse trabalho, intitulado “Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX”, que foi traduzido por Francisco de Castro Azevedo, Holloway (1997, p.19), ele ressalta que a história da polícia trata de uma das instituições fundamentais no mundo moderno. No Brasil, segundo Holloway (1997), a polícia teve sua organização com a presença da família real, vinda de Portugal, tendo progressivamente tomado espaço no cotidiano dos habitantes da cidade, como responsável pelo controle da ordem e tranquilidade pública, na segurança individual e de propriedade.

No ano de 1997, o historiador Marcos Luiz Bretas publicou sua dissertação de mestrado, intitulada “Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro”. Nesse trabalho, investigou a história da polícia carioca, enfatizando uma preocupação em compreender o policial e os conflitos gerados pela sua interação com indivíduos, principalmente, pertencentes às classes mais populares. Buscou compreender a organização que a polícia no Rio de Janeiro adotou entre 1889 e 1907, contexto em que, influenciada por problemas de estrutura e pessoal, enfrentou uma luta para afirmar o monopólio do exercício repressivo e delimitar fronteiras com outras instituições armadas.

Marcos Luiz Bretas deu continuidade a suas reflexões sobre a polícia com o trabalho “Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930”, que foi defendido como tese de doutorado em história e publicado em livro em 1997 pela editora Rocco. Analisou as condições em que foram produzidos os materiais decorrentes da atividade policial e os efeitos que vieram provocar. Assim, foram identificados elementos tidos como de forte influência no trabalho policial, que seriam: a hierarquia de autoridade da polícia e do Estado; o público com que os integrantes da polícia lidavam no trabalho diário; e o conjunto de normas codificadas, estabelecidas para dirigir sua atividade rotineira.

Sobre a polícia na província de São Paulo, André Rosemberg, em 2008, defendeu tese pela Universidade de São Paulo (USP) com o título “Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura”. Nessa pesquisa, o autor analisa a polícia paulista no final do Império em suas variantes identificadas como: corpo policial permanente, polícia local e companhia de Urbanos. O trabalho faz uma investigação por meio de uma abordagem sociocultural do policial e do policiamento.

Dentre os objetivos traçados por André Rosemberg, destaca-se a busca por compreender o papel institucional da polícia na invenção de lugares liberais por meio do seu envolver regulamentador na província de São Paulo. Em sua análise, partiu do extremo do cotidiano do agente policial, desde a rotina de trabalho até a sua interface com a população, buscando perceber como isso tinha influência no policiamento. Fez uma análise do perfil socioeconômico do policial paulista, utilizando como um recorte para uma visão global da população pobre no cenário de expansão do mercado de trabalho livre.

Wellington Barbosa da Silva, pesquisando a polícia na província de Pernambuco, defendeu a tese “Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)”, em 2003, na Universidade Federal de Pernambuco. Nesse trabalho, foi abordada a força policial pernambucana, que teria iniciado sua estruturação logo após a

abdicação de D. Pedro I. O historiador busca estudar a formação do aparelho policial e repressivo no Recife nos primeiros anos da década de 1830. Na pesquisa, avalia-se que o tema do processo de constituição e organização das forças policiais e militares do Brasil independente é pouco estudado pela historiografia e pretende-se fazer a análise das suas conexões com o Estado e com a sociedade.

Claúdia Mauch, por sua vez, investiga a Polícia e os policiais em Porto Alegre. Esse trabalho é resultado da tese de doutorado e foi publicado com o título “Dizendo-se autoridade: Polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929”. A historiadora procura compreender até que ponto os policiais teriam desenvolvido uma identidade a partir de suas experiências e relações cotidianas. O ponto de partida para sua análise são os registros entre os policiais e a população, meios de recuperar as práticas policiais e as formas como essas autoridades e diferentes segmentos da sociedade relacionavam-se. As análises foram feitas, segundo Mauch (2017), por meio dos registros diários de ocorrências que foram produzidos pelas polícias administrativas e judiciárias de Porto Alegre. Nessa documentação, foram observados os momentos em que os policiais efetuavam detenções, marcados pelo envolvimento direto em conflitos, delitos e os casos em que eram acusados de abuso de autoridade.

Francis Albert Cotta, ao pesquisar a Polícia em Minas Gerais, publicou os resultados com o título “Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais”, em que faz uma reflexão do ponto de partida da história da polícia, incluindo-a no processo de construção do sistema policial luso-brasileiro. Desenvolve reflexão sobre a organização militar no estado de Minas Gerais do século XVIII, a transição ocorrida para corpos de guardas municipais permanentes no século XIX, os exércitos de Minas Gerais na primeira república e os anos 30 do século XX.

A reflexão historiográfica feita sobre a produção acerca da história da polícia no Brasil aponta para um progressivo avanço nas problemáticas com abordagens, o que resulta em aprimoramento das respostas. As pesquisas sobre a polícia partiam de uma investigação que tinha como preocupação os problemas macro, desde sua relação com o Estado, com o público. Hoje é possível partir de questões específicas da instituição policial e dos policiais para investigar sua relação com a sociedade em geral. Essas questões permitem visualizar problemáticas corriqueiras que envolvem o policial, a instituição policial e a política.

Conforme demonstrado, nota-se que há um interesse acadêmico crescente, especialmente na área das humanas, acerca das questões que envolvem a polícia, e a história vem contribuindo com o debate sobre a temática, sobretudo no eixo sul-sudeste, com

dissertações de mestrado e teses de doutorado de reconhecimento nacional⁵. No que concerne às outras regiões do país, é possível apontar as pesquisas das universidades do Nordeste, como é o caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em que há presença de relevantes trabalhos realizados sobre a história da polícia de Pernambuco e do Maranhão⁶.

No Piauí, a História da Polícia ainda se configura como uma novidade e tem merecido uma tímida atenção da academia. Nesse sentido, destaca-se um trabalho de mestrado em História que versa sobre escravidão e o aparato policial de Teresina, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que destaca a repressão às práticas dos negros desafiadores das relações de dominação vigentes⁷. Em 2018, foi defendida uma dissertação de mestrado em história do Brasil que problematiza a ordem na província, a organização e a disciplina na instituição policial do Piauí em meados do século XIX⁸. Esse trabalho, realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), faz do Corpo Policial da província o observatório das questões da instituição, levantando questões como engajamento e fugas de soldados da polícia do Piauí.

A produção da história da polícia, realizada pelos historiadores profissionais, tem uma preocupação de seguir métodos e técnicas próprias do conhecimento histórico⁹. Essa pretensão é demonstrada quando fazem a historiografia da história da polícia, como pode ser verificado no balanço realizado acerca do conjunto destas obras por Marcos Luiz Bretas e André Rosemberg (2013). Em texto publicado na revista “Topoi”, com o título “A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas”, os autores registram uma história desta produção

⁵ É a região com maior número de trabalhos sobre a história da Polícia, com destaque para Rio de Janeiro, com os trabalhos de Thomas Holloway e Marcos Luiz Bretas (dissertação e tese); São Paulo, com as contribuições de André Rosemberg (tese de Doutorado); e Porto Alegre, por meio da produção de Cláudia Mauch (dissertação e tese). Esses são alguns dos trabalhos que exemplificam a produção da região, que conta com outras produções menos expressivas.

⁶ Em 2003, Wellington Barbosa da Silva defendeu a tese de doutorado, intitulada “Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1835-1850)”, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse trabalho, tratou da formação dos aparatos policiais civis e militares no Recife. No ano de 2007, na mesma instituição, foi defendida a tese de Regina Helena Martins de Farias, intitulada “Em nome da Ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (século XVIII e XIX)”, que dá uma atenção especial ao aparato policial do Maranhão. Destaca-se ainda, em Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que tem uma produção significativa de dissertações sobre a história da polícia.

⁷ Ver dissertação de Mairton Celestino da Silva, intitulada de “Batuque na rua dos negros: Cultura e Polícia na Teresina da segunda metade do século XIX”. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador-BA. 2008.

⁸ Ver dissertação de Marcelo Cardoso. “Juro defender a constituição política do império e obedecer a meus superiores[...]”: Corpo de tropa de polícia da província do Piauí 1835-1865. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, 2018.

⁹ Uma característica fundamental deste tipo de produção é a impessoalidade do resultado historiográfico final, que não deve ter pretensão de “insensibilidade ou alienação” Martins (2017, p. 41).

feita em meio acadêmico brasileiro¹⁰. Nesse trabalho, são discutidos aspectos de abordagem na temática, nos problemas e nos métodos utilizados nos estudos de história da polícia. Essas pesquisas têm sido desenvolvidas principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado em universidades brasileiras.

Se a preocupação que justifica uma história está ligada à ideia de conhecimento histórico que se constrói na sociedade, orienta a vida, dentro de uma rede de relações “produzidas pela ação humana no tempo e no espaço, no âmbito das sociedades” (MARTINS, 2017, p. 15), temos que, para a construção de uma história da polícia, o comportamento não poderia ser diferente. Seguindo essa linha de raciocínio, Bretas (1998) vê com preocupação o pouco interesse destinado aos estudos das instituições policiais que compõem a história da formação do Brasil, juntamente com o desenvolvimento da justiça criminal. Essa história “A história do Brasil independente se elabora em torno da formação das instituições e órgãos da justiça criminal, tomadas como símbolos ou campos de luta para a formação da nova nação” (BRETAS, 1998, p.1). Nesse sentido, para compreendê-lo, deve ser agregado a polícia em tais análises.

Em análise acerca da produção da história da polícia, a historiadora Cláudia Mauch concorda que houve uma mudança nesta produção a partir dos anos 1970. Nessa década, houve uma separação dos estudos da história da polícia, que era uma produção “puramente legal e institucional” (Mauch, 2007, p. 107), para uma produção acadêmica. A mudança na abordagem e na escrita da história da polícia, como pode ser verificado, carrega um viés relacionado à vida em sociedade, que impulsiona as reflexões sobre o tema. Conforme o posicionamento de Mauch:

Esse renovado interesse pode ser em parte creditado aos problemas políticos e sociais contemporâneos vinculados a crime, lei e justiça, tais como a permanência da violência policial no contexto democrático e a questões do tráfico de drogas, e sua relação com a própria construção das democracias na era pós-ditaduras. (MAUCH, 2007, p. 108)

A partir dos posicionamentos dos historiadores da história da polícia, que foram elencados no texto, é possível constatar que não houve somente uma mudança ou separação entre uma história institucional da polícia e outra científica feita pela academia, mas uma singela aproximação entre ambas, o que permitiu o estudo do tema da polícia por profissionais

¹⁰ Ver texto completo de Marcos Luis Bretas e André Rosemberg, publicado na revista “Topoi”, que está Disponível em: www.revistatopoi.or.

de dentro das universidades ou por pessoas de fora, que trazem tais questões da sociedade como problemas de pesquisa.

Os historiadores que fazem uma “retroflexão” acerca da historiografia da polícia são unânimes em indicar dificuldades, mas também asseveram que houve, nos últimos 30 anos, um crescente interesse acadêmico no tema. Esse despertar tem sido orientado por uma busca de repostas a problemas relacionados à polícia e à sociedade ou à polícia e ao Estado.

A produção acadêmica sobre a polícia é incipiente, não dando conta de realidades locais acerca da história da polícia no Brasil. Nesses lugares, continua predominante uma história da polícia como produção institucional, feita pela própria polícia ou por policiais. É importante refletir acerca da orientação desta historiografia de cunho institucional, antecessora da produção acadêmica acerca da história da polícia. Isso permite verificar sua orientação para a instituição policial e para a sociedade em geral.

Historiografia Institucional da Polícia Militar no Piauí

Uma produção não é feita sem uma finalidade. Nesse sentido, “verdades” atendem a interesses que são de um grupo específico e fechado. A história da polícia no Brasil até meados de 1960 constitui uma novidade acadêmica. O que existia era “uma historiografia oficial ou quase, realizada em sua maioria por antigos policiais” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 163). Era uma produção marcada por interesses internos da corporação, que vislumbrava o registro de seus atos administrativos e sua promoção perante a sociedade. Até esse momento, existia um afastamento mútuo entre polícia e universidade, principalmente nos anos de ditadura militar, o que impedia outra visão da polícia, com outro enfoque de abordagem, segundo Bretas e Rosenberg (2013).

A escrita da história da polícia, feita pelo viés da instituição, é exemplificada em outros países com o caso da história da polícia no Uruguai, em que Nicolás Duffaul, no trabalho intitulado “Pretensiones totales, construcciones parciales. Los policiaes escritores e la historia sobre la policia decimonónica (1980-2018)”, avalia uma produção feita por policiais. Nesse sentido, Duffaul (2018) menciona que a ausência de uma historiografia que investigasse a história da polícia sob um prisma social e político favoreceu a prevalência de relatos produzidos pela própria instituição, por meio de funcionários em atividade ou aposentados. Como resultado disso, observa-se que a “bibliografia existente se reduz a trabalhos produzidos desde as memórias institucionais no que predomina um olhar de louvor” (DUFFAU, 2018, p.127). Nessa produção, segundo Duffaul (2018), predomina uma versão

seletiva do passado institucional, que tem um tom moralista, um legado de honra e cria uma visão canônica, que reafirma a ideia da “polícia para os policiais” (DUFFAUL, 2018, p.128)

Partindo da perspectiva da escrita da história da polícia feita por policiais ou encarregados pela instituição, “uma escrita parcial”, a produção realizada no Piauí entre 1975 e 2010 apresenta um conjunto de obras que foram produzidas por meio de patrocínio, em datas comemorativas e que têm como característica contar os “grandes feitos” da instituição e dos seus comandantes. Essa é uma produção típica de “história institucional” que vem sendo praticada pela Polícia Militar do Piauí, inserindo-a no rol de representantes deste modelo de narrativa da história da polícia no Brasil. No entanto, o caráter memorialístico desta produção não invalida tê-la como referência para outras produções acerca da história da instituição, um ponto de apoio para historiadores que pesquisam a temática da polícia. No Piauí, nota-se uma maior frequência desta produção em datas comemorativas, como pode ser visto nas fontes encontradas.

Em 1975, é organizada a edição do trabalho intitulado “Soldados de Tiradentes: História da Polícia Militar do Piauí”, escrito por Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro. Essa obra foi promovida pela Polícia Militar do Piauí, sob o Comando do Coronel Canuto Tupy Caldas, em homenagem aos 140 anos da Polícia Militar do Piauí. O título enaltece a imagem da aniversariante e também do seu comandante, como se verifica no trecho que o compara com os antecessores, “[...]que muito fizeram para o engrandecimento da nossa gloriosa força policial militar, e que certamente construíram o alicerce do que ela é hoje, podemos classificar a Polícia Militar em antes e depois do Comando do Coronel Canuto Tupy Caldas” (PINHEIRO FILHO; CELSO PINHEIRO, 1975, p.138).

Dois anos antes da publicação, em 1973, Celso Pinheiro Filho, encarregado de redigir a história da polícia militar do Piauí, manda ofício ao coronel Tupy Caldas, comandante da Polícia Militar, para agendar visita que julgava importante para obter informações para a obra. Nessa comunicação, informava sobre “a necessidade da publicação em livro, da história de nossa PM. Gostaria que o fosse ainda com a mesma PM sob seu comando” (PINHEIRO FILHO; CELSO PINHEIRO, 1975, p.s) e continuava explicando sobre a importância da participação do comandante na obra, conforme segue abaixo:

Assim faço, para não acontecer como a meu compadre, amigo, ex-interventor no Estado e ex-comandante da PM, atual general R1 Jose Vitorino Correia. Quando mandei-lhe um exemplar do jornal “O Dia” que publicou o trabalho, respondeu achando-o perfeito, exceto na parte relativa a seu tempo de comando, e enumerou uma série de melhoramentos que

introduziu na corporação. Agora que revisei o trabalho, atendi à observação dele. (PINHEIRO FILHO; CELSO PINHEIRO, 1975, p.s)

Por fim, afirmava Pinheiro Filho (1975) em ofício, publicado no livro com o título de “uma carta”, que mandava uma cópia do trabalho “para leitura, apreciação e crítica do ilustre comandante”, dizendo ter interrompido a escrita da obra sobre a Polícia Militar no ponto em que devia mostrar “a PM moderna, ou seja, modelo Tupy Caldas”. Nesse documento, reiterava que estava “Pronto para receber e cumprir as ordens” e assinava “Atenciosamente, Celso Pinheiro Filho”. Outras publicações serão feitas pela instituição em datas comemorativas, com destaque para o “Almanaque da Polícia Militar do Piauí” e para a “Legislação da Polícia Militar”, no ano de 1985, por determinação do Comandante Geral, coronel José Rodrigues Alves, em celebração do sesquicentenário.

No ano de 2010, em comemoração aos 175 anos da Polícia Militar do Piauí, é lançada a obra “A história Polícia Militar do Piauí”, cujos organizadores são Laércio Barros e Aelson Barros Dias. Essa pesquisa realizada durante o comando do coronel Francisco Prado teve o financiamento do governo do Estado do Piauí, em nome da Polícia Militar. A característica principal desta produção é a divulgação da instituição e dos feitos do comandante, marca de uma história apologética, que difere da produção do conhecimento histórico realizado pela academia.

A preocupação que guia a produção da história da Polícia Militar realizada pelos integrantes da instituição no Piauí tem como objetivo propagar sua imagem de forma positiva para a sociedade. É uma produção que segue um caminho inverso daquele que orienta os estudos acadêmicos sobre a história da polícia nos últimos anos, como visto anteriormente, sobretudo pelo caráter independente. No geral, a produção feita pela polícia tem partido não da motivação da sociedade, que vislumbra problematizá-la, mas de dentro da instituição e com finalidade pessoal.

A história institucional da Polícia Militar não segue uma orientação a partir de uma problematização da realidade social que carece de resposta, já que tem a resposta pronta. Nesse sentido, afasta-se do método empregado para a produção do conhecimento histórico na dimensão transdisciplinar, ou seja, “[...]a conexão do pensamento histórico científico com a vida humana prática” (RÜSEN, 2015, p. 33). Essa produção é, cabe ressaltar, de grande importância como fonte para uma história acadêmica profissional da polícia do Piauí. Isso porque traz uma representação da instituição feita pelos seus dirigentes, caracterizando-se por relatar suas memórias.

Na parte seguinte, será feita uma análise sobre as fontes e métodos que foram empregados para a pesquisa e a escrita da história do Corpo de Polícia do Piauí. Esse trabalho desenvolveu-se durante o mestrado e atualmente está em fase inicial no doutorado. Desse modo, convém informar a motivação para realizar a pesquisa sobre o tema da Polícia, já que conhecimento científico não pode estar desligado de uma relevância social e pessoal que o torne exequível. Uma das motivações do trabalho é buscar aspectos históricos da instituição no passado, a fim de identificar sua organização, seu caráter formal e informal que orientou sua existência no tempo. Essas características trouxeram uma série de críticas aos policiais e à instituição por parte da sociedade e do próprio governo, nas esferas provincial/Estadual e de Império/República, o que ocasionou uma nova reformulação.

Notas para uma história acadêmica da Polícia Militar no Piauí

Em 2004, iniciei o curso de História na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), ao tempo em que também estava fazendo o curso de formação para ingresso na Polícia Militar do Estado do Piauí. Os primeiros anos foram de conflito entre o “mundo civil e o militar”. A instituição impunha normas diferentes daquelas a que costumeiramente um civil está habituado. Havia um desejo de negar a polícia que, no entanto, estava materialmente presente por meio do curso de formação de policial militar na Policial Militar do Piauí, no ofício de policial na rua e até no círculo de amizade com policiais.

Em 2010, decidi olhar clinicamente o que era a instituição e quem eram os policiais militares. Notei então a necessidade de colocar lentes de aumento para perceber sua estrutura interna, organizacional, bem como as relações com a sociedade e a política. Surgiu, portanto, uma necessidade de problematizar a instituição policial por meio de análise crítica do “dito e não dito” na documentação produzida pelos policiais ou pela apreciação do que os dirigentes políticos diziam da polícia, em arquivos, nos quartéis ou fora deles. Desejava fazer uma busca fora da produção historiográfica patrocinada pela instituição. Assim, a proposta é de releitura da mesma documentação que a instituição usava para produzir sua história institucional.

Acredito que é possível dizer o que foi a instituição, como é, por que mudou, se é que houve alteração. Para tanto, lancei o olhar não à Polícia Militar atual, mas aos Corpos de Polícia existentes no Império, considerados pela historiografia da polícia como embriões da instituição atual¹¹. Nesse sentido, cabia refletir sobre os vestígios do passado que ainda são

¹¹ É um entendimento do historiador Thomas Holloway, em seu trabalho sobre “Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX”, que o Corpo de Guardas Municipais Permanentes teve

percebidos no presente da instituição e por meio destes “brilhos despertados” recompor sua história, conforme orienta DROYSEN (2009, p.37).

Na tentativa de buscar outras opções de fontes para análise, além da literatura institucional da Polícia que dá acesso a sua história nos moldes indicados anteriormente, dirigi-me ao Arquivo Público do Estado do Piauí - Casa Anísio Brito-, no centro da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, para ter contato com documentos produzidos na época do recorte de estudo. A primeira dificuldade se deu em relação à organização do arquivo, já que não havia uma seleção de material sobre o assunto da polícia nos séculos XIX e XX.

No Arquivo Público do Piauí (APEPI) existiam caixas sobre o Exército e a Guarda Nacional, porém não eram o foco principal da pesquisa, mesmo que viessem a tangenciar o tema. No entanto, era o local onde devia ter buscado inicialmente porque foi verificado, com o aprofundamento da pesquisa, que parte significativa da documentação produzida pela polícia no decorrer do século XIX estava ali, ainda que não catalogada. A falta de funcionários para organizar a documentação por assunto culminou em materiais armazenados do mesmo modo como foram recebidos pelos órgãos doadores ao arquivo, em caixas rotuladas com a denominação “Forças Públicas”. Essa dificuldade de pesquisa em arquivos rendeu várias idas e vindas, em vários lugares e em diversas ocasiões: não se encontravam registros sobre a Polícia Militar nos seus primeiros anos no Piauí. Outro erro era buscar pela expressão “Polícia Militar”, já que no Piauí a instituição só veio a assumir tal denominação nos anos da República.

É certo que há, na própria instituição, uma documentação arquivada sobre a Polícia Militar. Tão certo que seu acesso está indisponível a pesquisadores civis, por conta do receio de haver evidências que revelem um passado que venha a condená-la perante a sociedade. A produção institucional, conforme visto, era controlada e orientada a valorizar seu passado e a promover seus comandantes. Uma história diferente desta não seria bem vista e dificilmente sua produção teria incentivo por parte da própria polícia militar.

Diante da situação, vislumbrei a possibilidade de usar o método da história oral para produção de fontes por meio de entrevistas. Isso implicaria ter que tratar a história da polícia num período contemporâneo. A possibilidade de uma produção historiográfica sobre os

aprovada sua criação por lei em 10 de outubro de 1831 e “em 1866, passou a chamar-se Corpo Militar de Polícia da Corte e a partir de 1920 recebeu a designação formal de Polícia Militar” (HOLLOWAY, 1997, p. 92-93), o último nome é o que utiliza em seu estudo. Sobre o assunto, a historiadora Regina Helena Martins de Farias (2007) nomeia em sua tese de Doutorado, “Mitos de Origem”, o marco de criação das polícias militares no Brasil, dando para algumas a promulgação das Leis provinciais entre 1835 a 1837, em razão do Ato Adicional de 1834, que criou as Assembleias Legislativas nas províncias. Nesses casos estão: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso, que constituíram forças policiais provinciais no período.

policiais, suas representações acerca da polícia e sobre o ofício policial, que se distinguiria da história institucional existente, pelo viés de uma produção historiográfica feita por entrevista de história oral, apresentaria uma dificuldade maior por ter que lidar com questões sensíveis de memórias que, no geral, estão em disputa e em construção. Nesse sentido, considerando o rigor com que a instituição trata seus policiais, talvez não fosse uma opção tão produtiva dada a dificuldade em obter entrevistas.

Em 2016, durante o curso de mestrado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), retornei ao Arquivo Público para novas buscas e fui informado que estavam organizando uma caixa com documentação específica sobre a polícia. Essa documentação encontrava-se mesclada com a que se referia à Guarda Nacional e ao Exército. Ainda hoje não sei o que teria orientado o arquivo a organizar a documentação acerca do Corpo policial da província no século XIX, talvez o acaso, sorte ou o interesse de alguém no tema.

A documentação disponível no Arquivo Público do Piauí trata do Corpo de Polícia ao qual Celso Pinheiro e Lina Celso Pinheiro faziam menção em “Soldados de Tiradentes: História da Polícia Militar do Piauí”, por meio da resolução de 1835 e 1873. Essa documentação é composta de ofícios de comandantes às autoridades da província e de requerimentos de policiais aos seus comandantes. Essas fontes permitem observar vários aspectos da instituição, principalmente, os desdobramentos na prática das normas legais que regiam a organização da força policial da província.

Foi apresentada uma documentação composta de almanaques. O primeiro, datado de 1928, era intitulado de “Almanack do batalhão de Infantaria de Policia” e tratava dos comandantes, efetivos e de leis da instituição. Em síntese, é uma documentação produzida pela instituição, porém com intenção de informar a situação administrativa da força policial. Essa produção pode ser considerada um embrião da produção institucional que já foi tratada anteriormente, um processo de organização de uma memória gloriosa da instituição pelos seus comandantes, aos moldes da realizada a partir da década de 1975. Nesse sentido, há que se concordar também que “para as polícias, desde sua constituição, informação é um dos bens mais valiosos, significa poder, e não deve ser visível para todos” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 163-164)

A descrição de alguns aspectos do percurso da investigação da história do Corpo de polícia do Piauí vem provocar uma reflexão sobre a construção do conhecimento histórico, suas motivações, desafios, método empregado na pesquisa, na análise das fontes e na apresentação dos resultados. Nesse diapasão, há se que fazer uma reflexão acerca da

historiografia produzida como base na utilização de documentos oficiais. Embora esses documentos não tenham sido confeccionados com a pretensão de serem usados como fontes para acessar o passado, não deixam de servir a esse propósito, como “presença espiritual”. Isso certamente não tira seu mérito, mas agrega vantagens já que lhes dão legitimidade para serem empregados na construção da realidade que é parte de um passado que resiste no presente.

Considerações finais

O texto apresenta reflexões sobre história e historiografia, sendo a primeira todo um conteúdo que orienta a vida humana e a segunda um conjunto desta produção obtida pela investigação com uso de métodos e procedimentos próprios do conhecimento histórico. Assim, analisou-se a historiografia acadêmica da polícia, que é realizada por historiadores utilizando métodos e procedimentos científicos; bem como a história institucional da polícia, produzida para promovê-la e que se manteve hegemônica, sendo hoje merecedora de análise acadêmica.

No caso de uma história institucional da polícia, foi posto o exemplo de trabalhos realizados no Piauí pela Polícia Militar. Uma produção que apresenta como característica não apenas valorizar, mas enaltecer as realizações da instituição, seus comandantes e omitir os pontos negativos. Ao final, foi relatado um percurso introdutório de pesquisa acadêmica em andamento sobre a história da polícia no Piauí, dando ênfase a possibilidades de acesso a fontes que indicam novos caminhos para a história da instituição.

Uma proposta para a história da polícia do Piauí é apresentar um alinhamento com metodologia e problemas de abordagem realizados em outras regiões do Brasil que já apresentam estudos avançados da história das polícias. Assim, vislumbra-se a necessidade de pensar a história da polícia integrada à formação do Estado e de suas instituições burocráticas no século XIX.

Referências

BRETAS, Marcos Luis; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**. v.14, n. 26, p. 162-173, jan/jul. 2013. Disponível em: www.revistatopoi.or.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, p. 01-17. 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sobras: a política imperial**. ed. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Marcelo. **“Juro defender a constituição política do império e obedecer a meus superiores [...]”**: corpo de tropa de polícia da Província do Piauí 1835-1865. Dissertação (MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL). Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina - PI, 2018.

DUFFAUL, Nicolás. Pretensiones totales, construcciones parciales: Los policías escritores y la historia sobre la Policía decimonónica (1980-2018). **Chaves Revista de Historia**, Montevideo. Vol. 4. n. 6, enero-junio, 2018.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Tradução: Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis-RJ. Vozes, 2009.

DIAS, Laércio Barros; BARROS DIAS, Aelson. **A história da Polícia Militar do Piauí**. Teresina. Gráfica Expansão, 2010.

ESTADO DO PIAUÍ. **Almanack da Força Militar do Estado**. Imprensa Oficial, Teresina, 1929.

FARIAS, Regina Helena Martins de: **Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII-XIX)**. Tese (DOUTORADO EM HISTÓRIA). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife - PE, 2007.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**; tradução de Francisco de Castro Azevedo. - Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e Filosofia da história: contribuições para o ensino de História**. Curitiba. W&A Editora, 2007.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre - RS, 2011.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. **MÉTIS: história & cultura**. v.6, n. 11. Jan/jun. 2007.

PINHEIRO FILHO, Celso; CELSO PINHEIRO, Lina. **Soldados de Tiradentes: História da Polícia Militar do Piauí**. Rio de Janeiro-RJ. Artenova, 1975.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. Tese (DOUTORADO EM HISTÓRIA). Universidade de São Paulo-USP. São Paulo - SP. 2008.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife - PE, 2003.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. Dissertação (MESTRADO). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador - BA. 2008.

Recebido em 26 de outubro de 2019

Aprovado em 12 de março de 2020